

# Transparência e controle social em discussão

Conferências em todo o Brasil debatem propostas para aumentar o acompanhamento social da administração pública

Joseana Paganine

ATÉ ABRIL DE 2012, a Controladoria-Geral da União (CGU) vai receber sugestões da população para melhorar a transparência na gestão pública. Quem quiser apresentar proposta precisa participar de, pelo menos, uma das conferências preparatórias à 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial), que acontecerá de 18 a 20 de maio de 2012, em Brasília.

O objetivo da Consocial é estimular a sociedade a acompanhar o trabalho da administração pública e a exercer controle mais efetivo sobre o uso do dinheiro público. As propostas apresentadas nas etapas preparatórias serão sistematizadas e debatidas no encontro em Brasília. O resultado irá subsidiar a elaboração, pelo governo federal, do Plano Nacional sobre Transparência e Controle Social.

A diretora de Prevenção da



Cerca de 15 mil pessoas já participaram das mais de 300 conferências municipais, regionais e livres realizadas até agora

Corrupção da CGU, Vânia Vieira, considera que a conferência é um momento importante para o país, pois responde a demanda da sociedade, que fez abaixo-assinado para que a discussão fosse realizada. “É primeira vez que vamos debater o que já foi feito e o que ainda precisa ser feito nessa área”, disse ela, que é também presidente da comissão organizadora da Consocial.

## Várias etapas

Antes da etapa nacional, estão sendo realizadas confe-

rências municipais; regionais, com mais de um município; estaduais; e livres, organizadas por grupos de pessoas ou por instituições. Em fevereiro, será possível participar também de conferências virtuais no site da Consocial (*veja quadro Saiba Mais*).

Segundo dados da comissão organizadora, já foram realizadas, desde julho, mais de 300 conferências municipais, regionais e livres, envolvendo quase mil municípios. Os estados que, até agora, organizaram mais conferências

municipais e regionais foram Ceará, Paraíba, Santa Catarina, Maranhão e Tocantins.

Cerca de 15 mil pessoas já participaram dos debates, entre representantes da sociedade civil (51%), do poder público (36%) e dos conselhos de políticas públicas (13%). Outras 131 conferências envolvendo 593 municípios já foram convocadas. Após a realização das etapas municipais e regionais, será a vez das conferências estaduais. A expectativa da comissão organizadora é de que, ao final,

a Consocial tenha mobilizado aproximadamente 1 milhão de pessoas.

## Assuntos em debate

Nas conferências, são discutidos quatro temas: promoção da transparência pública e acesso à informação; mecanismos de controle social e capacitação da sociedade para o acompanhamento da gestão pública; atuação dos conselhos de políticas públicas; e diretrizes para prevenção e combate à corrupção. Dentro desses temas, as propostas mais frequentes, até o momento, dizem respeito aos portais de transparências dos municípios; à criação de disciplinas escolares sobre controle social; à capacitação dos conselheiros de políticas públicas; e ao aperfeiçoamento da legislação contra corrupção.

A conferência conta com 41 entidades em sua comissão organizadora, entre instituições públicas, como o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União (TCU), e da sociedade civil, como a Associação Contas Abertas e o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), sob a presidência da Controladoria-Geral da União.

## “Brasil avançou em relação ao tema”

De acordo com a diretora de Prevenção da Corrupção da CGU, Vânia Vieira, o Brasil é referência no mundo em “transparência ativa”, que é a divulgação espontânea de informações governamentais à sociedade, especialmente em relação à aplicação dos recursos orçamentários.

— O Brasil é um caso particular. Avançamos muito no acesso ativo, antes mesmo de termos uma lei de acesso à informação. Em geral, os países fazem, primeiro, uma legislação sobre o assunto e, depois, disponibilizam a informação. Mas o Portal da Transparência do Governo Federal existe desde novembro de 2004 sem que houvesse lei que obrigasse a sua existência.

Segundo dados da CGU,

em 2005, o Portal da Transparência recebeu quase 286 mil acessos. Em 2010, esse número estava em quase 3 milhões.

Mas, segundo ela, o país ainda precisa melhorar a “transparência passiva”, que se dá quando o cidadão pede acesso à informação. Vânia acredita que o problema será resolvido justamente pela Lei Geral de Acesso à Informação (Lei 12.527/11), aprovada pelo Senado em 25 de outubro e sancionada pela presidente da República, Dilma Rousseff, no último dia 18. “Essa lei significa mudança de paradigma, pois transforma o acesso em regra e o sigilo em exceção”, afirma.

A lei entra em vigor 180 dias após a sanção. A partir daí, lembra a diretora, qualquer

cidadão poderá pedir informação a órgão público, sem necessidade de justificar o porquê do pedido, e a administração não poderá obstar o acesso.

Para Vânia, o próximo desafio é fazer com que a legislação seja posta em prática. A Controladoria-Geral da União será responsável por coordenar esforços, como a implantação de serviços de atendimento ao cidadão nas instituições públicas.

— Mas o principal desafio é mudar a cultura, conscientizar o servidor público para a importância de sua função na transparência, para que o direito de acesso à informação seja exercido. Muitas vezes, o servidor tem receio de entregar a informação ao cidadão — avalia.

## Senado disponibiliza Portal de Transparência da Copa

Para facilitar o controle dos gastos com obras da Copa do Mundo de 2014, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado lançou, em julho, o Portal de Transparência da Copa (*veja quadro Saiba Mais*). Acessível a qualquer cidadão, a ferramenta permite acompanhar todo o processo, da licitação até a execução, das obras realizadas com recursos federais.

Desenvolvido pela Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen), a página tem o apoio do Tribunal de Contas da União (TCU) e dos tribunais de contas dos estados e municípios envolvidos com a organização da Copa de 2014.

O portal é alimentado pelos

gestores públicos dos contratos nos estados e municípios que serão sede do Mundial. A atualização é feita mensalmente com informações enviadas pelas empresas contratadas. Os recursos só são liberados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social se os dados estiverem atualizados

## Mais informação

O Senado também mantém, na internet, o seu Portal da Transparência. Lançado em 2009, traz dados sobre a gestão administrativa e a execução orçamentária da Casa. Nele, o cidadão pode conferir ainda a prestação de contas das verbas indenizatórias de cada senador.

## Novas leis

### ► Lei Geral de Acesso à Informação (Lei 12.527/11)

Regulamenta a divulgação de documentos produzidos pela administração pública. Pela lei, qualquer pessoa pode apresentar pedido de informação a órgão público, que terá prazo de até 30 dias para atender à solicitação. Documentos de segurança do Estado são protegidos por, no máximo, 50 anos. O acesso a informações relacionadas a direitos humanos é livre. A lei também prevê punição para o agente público que descumprir as regras.

### ► Lei da Transparência (Lei 131/09)

De autoria do então senador João Capiberibe, estabelece prazos para que União, estados, municípios e Distrito Federal divulguem suas contas na internet. O prazo para municípios com mais de 100 mil habitantes terminou em 2010. Em maio de 2011, foi a vez dos que possuem entre 50 mil e 100 mil habitantes. Já os municípios com até 50 mil habitantes terão até 2013 para divulgar suas contas.

## Saiba mais

**Portal da Transparência do governo federal**  
[www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br)

**Portal de Acompanhamento de Gastos para a Copa do Mundo de 2014**  
[www.copatransparente.gov.br](http://www.copatransparente.gov.br)

**Portal da Transparência do Senado**  
[www.senado.gov.br/transparencia/](http://www.senado.gov.br/transparencia/)

**Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social**  
[www.consocial.cgu.gov.br](http://www.consocial.cgu.gov.br)



CONFIRA OUTRAS EDIÇÕES DO ESPECIAL CIDADANIA EM [WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL](http://WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL)